

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça-feira

29/06/2010

O destaque das notícias desta terça-feira (29/6) é a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal não julgar nesta quarta-feira o pedido de intervenção no Distrito Federal por conta da ausência confirmada de três ministros. O presidente do Supremo, Cezar Peluso, marcou o julgamento mas ministros ouvidos pelo jornal **Folha de S.Paulo** avaliam que não existe condição disso acontecer por conta do baixo quorum. Não estarão presentes Joaquim Barbosa, de licença médica, Ellen Gracie e Eros Grau, em viagem internacional.

Disputa do Funrural

Cinco meses após a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou inconstitucional a cobrança da contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), a disputa que pode representar uma perda de R\$ 2,8 bilhões por ano ao governo está longe de acabar. A Fazenda Nacional conseguiu suspender a liminar que havia sido concedida à Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja), que representa dois mil produtores, e autorizava os filiados da entidade a não recolher o Funrural. É a primeira vitória da Fazenda na tentativa de conter as liminares que vêm sendo concedidas pela primeira instância da Justiça. A notícia é do jornal **Valor Econômico**.

Erro político

Na avaliação de ministros do Supremo Tribunal Federal, o presidente Cezar Peluso cometeu um "erro político" ao propor modificar a súmula vinculante sobre o nepotismo logo após a Folha revelar a contratação de um casal para duas coordenadorias do tribunal. Até esta segunda-feira (29/6), Peluso não tinha enviado sua sugestão de nova redação para a regra aos colegas, e alguns deles acreditam que ele não irá enviar sua ideia pelo menos por enquanto. A informação é do jornal **Folha de S.Paulo**.

Prova emprestada

Os juízes trabalhistas têm aceitado cada vez mais provas ou testemunhas emprestadas de processos criminais, ainda que na esfera penal o processo não tenha chegado ao fim. A condição para que essas provas tenham validade é que o juiz do trabalho permita que a outra parte produza contraprovas. Com isso, há casos de pessoas que acabam sendo condenadas no processo trabalhista — com base nesse tipo de prova — porém, mais tarde, são inocentadas na esfera criminal. Para evitar esse tipo de situação, no Sul do país há magistrados que preferem suspender o processo trabalhista até o fim do julgamento pela Justiça criminal. A notícia é do jornal **Valor Econômico**.

Tratamento diferenciado

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) enviou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a representantes do Poder Legislativo um documento pedindo que os crimes contra a vida de jornalistas sejam julgados por tribunais federais. O órgão defendeu também que os "delitos contra a vida e a integridade física" desses profissionais tenham prioridade de ajuizamento. O órgão pediu ainda a revisão do sistema de benefícios penais, como a redução de pena e a progressão de regime para condenados por assassinatos de jornalistas. A notícia é do jornal **Folha de S.Paulo**.

Situação vulnerável

O Ministério Público Federal fez um alerta nesta segunda-feira (28/6). Segundo com o MPF, se o Congresso aprovar as mudanças propostas pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) no Código Florestal, o meio ambiente poderá sofrer consequências drásticas, expondo ainda mais as populações que vivem em áreas vulneráveis a situações de risco, como os desastres naturais ocorridos neste ano. De acordo com o jornal **O Estado de S. Paulo**, o MPF criticou a dispensa de reserva legal em propriedades com até 4 módulos fiscais. Também discorda do que chamou de anistia concedida a quem desrespeitou legislações anteriores.

Refis da crise

Uma portaria conjunta da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional alterou novamente as regras do "Refis da Crise". Os contribuintes têm até o dia 30 de julho para detalhar os débitos que vão incluir no programa, se fizerem a opção por não parcelar tudo o que devem. Até então, o detalhamento era necessário apenas para quem precisasse de certidão negativa de débitos. A notícia é do jornal **Valor Econômico**.

Jornada de trabalho

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social devem cumprir jornada de trabalho de 40 horas semanais. A decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. De acordo com a Advocacia-Geral da União, o Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência (Sindisprev) pretendia impedir a mudança da carga horária de 30 para 40 horas semanais. A informação é do jornal **DCI**.

Novo secretário

O advogado Pedro Abramovay assume oficialmente, na próxima semana, a Secretaria Nacional de Justiça, um dos cargos mais importantes do governo, responsável por áreas como a regularização de estrangeiros e recursos principalmente desviados via corrupção que estão bloqueados no exterior. Abramovay vai comandar a Secretaria, no Ministério da Justiça, que até o último dia 14 era comandada por Romeu Tuma Jr., demitido do governo após acusação de envolvimento com Li Kwok Kwen, o Paulo Li, preso por contrabando. A informação foi publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**.

Lista de condenados

O Conselho Nacional de Justiça vai recomendar, em sessão plenária, que os tribunais de Justiça de todo o país encaminhem aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) a relação de pessoas condenadas. O objetivo é facilitar o cumprimento da Lei da Ficha Limpa. De acordo com a nova lei, políticos condenados pela Justiça em decisão colegiada, mesmo em processos não concluídos e anteriores à sanção da lei no início de junho, não podem concorrer nas eleições de outubro. A notícia é do jornal **O Globo**.

Direito do cidadão

A Suprema Corte dos EUA decidiu, por 5 votos a 4, que o direito de posse e porte de armas de fogo para legítima defesa é garantido em todo o país e não pode ser restringido por leis locais. É a primeira vez que o mais alto tribunal do país se pronuncia a respeito do efeito da Segunda Emenda à Constituição sobre as legislações dos Estados e municípios. Há dois anos, a corte declarou inconstitucional uma lei do Distrito de Colúmbia — onde fica a capital, Washington — que tornava praticamente impossível para o cidadão comum ter um revólver em casa. A notícia foi publicada nos jornais **O Globo**, **Folha de S.Paulo** e **Estado de S. Paulo**.

Candidato inelegível

O ex-governador Anthony Garotinho (PR-RJ) sofreu nova derrota no Tribunal Regional Eleitoral do Rio, que confirmou decisão de maio de torná-lo inelegível até 2011 por abuso de poder econômico nas eleições de 2008. O TRE-RJ julgou improcedente o recurso do ex-governador (1999 a 2002). Pré-candidato ao governo do Rio, ele depende do TSE para suspender a sentença para registrar sua chapa na disputa. O prazo termina no dia 5 e a convenção do partido está marcada para quarta-feira. Na decisão, o TRE-RJ manteve ainda a cassação do mandato da mulher do ex-governador, a ex-governadora e prefeita de Campos (RJ), Rosinha Garotinho, tornando-a também inelegível por três anos. A notícia é dos jornais **Valor Econômico**, **O Globo**, **Folha de S.Paulo** e **Estado de S. Paulo**.

Equiparação de ganhos

Um artifício patrocinado por dois senadores tucanos pode ressuscitar a aposentadoria integral para juízes, procuradores e defensores públicos, sepultando uma das principais conquistas da reforma da Previdência aprovada em dezembro de 2003. A proposta está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A Proposta de Emenda Constitucional 46 é de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), com apoio do também senador Marconi Perillo (PSDB-GO). Os senadores elaboraram a PEC equiparando o salário da ativa com o benefício da aposentadoria. A informação é do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2010-jun-29/noticias-justica-direito-jornais-terca-feira-211/>